

Medir para gerir

Fernando Valente Pimentel (*)

No Brasil, cada real gerado pela indústria agrega 2,4 reais para todo o conjunto da economia

É de grande importância o programa “Redução Contínua do Custo Brasil”, desenvolvido pelo Ministério da Economia em parceria com o Movimento Brasil Competitivo e 12 associações empresariais, com apoio técnico da Fundação Center for Public Impact, do Boston Consulting Group, lançado dia 28 de novembro. É fundamental a identificação de todos os itens que oneram a produção no País, principais causas da perda da competitividade sistêmica de nossa economia nas últimas décadas. A partir desse diagnóstico, cujos parâmetros são os custos análogos médios no âmbito dos 36 países da OCDE, será possível a elaboração de propostas por parte da sociedade civil e de uma agenda para a solução do problema, envolvendo todos os níveis de governo.

O “custo Brasil”, segundo o estudo que embasou o programa, corrói R\$ 1,5 trilhão anual das atividades. O valor é equivalente a 22% do PIB nacional e aproximadamente ao dobro do referente à indústria de transformação (cerca de R\$ 800 bilhões), atividade que mais sofre com o problema, pois é muito mais exposta à concorrência internacional.

Prova disso é a queda de sua participação no PIB brasileiro, de 11,3% nos dias de hoje, ante 30% nos anos 80. É o índice mais baixo em sete décadas! Outros países que também perderam densidade industrial como proporção do PIB estão promovendo a retomada do setor, que desenvolve tecnologia e inovação, é gerador intensivo de empregos de qualidade, exporta bens com alto valor agregado e, portanto, é decisivo para o desenvolvimento.

No Brasil, cada real gerado pela indústria agrega 2,4 re-

ais para todo o conjunto da economia, conforme cálculos feitos pela CNI. É a atividade com maior poder multiplicador dentre aquelas que compõem o PIB brasileiro. A manufatura, assim como os outros setores, precisa crescer e se fortalecer. Na dinâmica da economia contemporânea, todos os ramos de atividade estão cada vez mais interdependentes.

Por exemplo: a tecnologia, insumos, máquinas, equipamentos, uniformes profissionais e geotexteis, que contribuem para o bom desempenho da agropecuária, provêm da manufatura. Ou seja, precisamos pensar o desenvolvimento como resultado de uma agenda estruturada e coesa de estímulo econômico em geral e que contemple o avanço de todos os segmentos.

Assim, é muito importante a solução dos gargalos que oneram a produção, de modo que possamos crescer pelo menos quatro por cento ao ano e dobrar nossa renda per capita no transcurso de uma geração. A redução do “custo Brasil” é também crucial para que o País colha benefícios da abertura econômica e dos acordos bilaterais e multilaterais em curso e/ou em negociação.

Se não fizermos a lição de casa da competitividade, os tratados de livre comércio poderão representar, em vez de benefícios, perda ainda maior da densidade industrial, pois não conseguiremos concorrer de igual para igual. Portanto, é relevante o diagnóstico correto dos problemas a serem solucionados, feito pelo programa “Redução Contínua do Custo Brasil”.

Afinal, é preciso medir para gerir. Agora, é decisivo colocar em prática um plano eficaz para mitigar os gargalos apontados, para que consigamos promover o crescimento substantivo do PIB e conquistar nível de desenvolvimento compatível com o imenso potencial de nosso país!

(*) - É presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

OEA denuncia ‘manipulação dolosa’ em eleição na Bolívia



Evo Morales se asilou no México após renunciar ao cargo de presidente.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou seu relatório final da auditoria sobre as eleições presidenciais de 20 de outubro na Bolívia, que confirma ter havido uma “manipulação dolosa” para alterar os resultados. O documento afirma que a fraude ocorreu em “dois níveis”: por meio da alteração de atas e da falsificação das assinaturas dos mesários; e redirecionamento do fluxo de dados para dois servidores ocultos e não controlados pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), permitindo a “manipulação” de informações e a “supressão de atas”.

“A esses fatos se somam irregularidades graves, tais como a falta de cópias de segurança das atas e a perda de material relevante”, declarou a entidade. “A partir das esmagadoras evidências encontradas, o que

é possível afirmar é que houve uma série de operações dolosas para alterar a vontade das urnas”, concluiu o relatório. Segundo o TSE, Evo Morales venceu as eleições em primeiro turno, ao obter 47,08% dos votos, pouco mais que os 10 pontos de vantagem necessários sobre o segundo colocado, Carlos Mesa, com 36,51%.

Dados iniciais da apuração, no entanto, apontavam que haveria um segundo turno entre os dois candidatos. A divulgação de parciais da contagem chegou a ser suspensa, e quando foi retomada, os números já indicavam uma vitória de Evo em primeiro turno. Alvo de protestos, o então presidente chegou a anunciar uma nova eleição, mas não resistiu às pressões das Forças Armadas e da Polícia e renunciou ao cargo (ANSA).

Maioria dos senadores defende prisão após segunda instância

A maioria dos senadores que participaram da audiência pública na quarta-feira (4), na CCJ, mostrou-se favorável à imediata execução da pena após a condenação em segunda instância

No debate, os parlamentares alegaram que tal entendimento jurídico não despreza o princípio da presunção da inocência e é um importante passo para o combate à impunidade.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR), por exemplo, destacou o apoio popular ao tema e recordou posições favoráveis à antecipação do cumprimento da pena de ex-ministros do STF, como Ellen Gracie e Carlos Velloso. Segundo ele, “a Constituição não mudou, mas a composição do STF”. Também afirmou que o Congresso se omitiu ao não deliberar sobre o assunto, o que permitiu que o Supremo legislasse em seu lugar.

Para o senador Jorginho Mello (PL-SC), a Justiça precisa ser aperfeiçoada e está na hora de acabar com os recursos intermináveis que, segundo ele, favorecem apenas os mais ricos. “Depois da segunda instância é enrolação. Não podemos sair



Permitir a execução da pena de condenados em segunda instância foi o debate na CCJ.

daqui este ano como se nada estivesse acontecendo. O Brasil tem ciclos, está mudando e a Justiça tem que mudar também”, defendeu.

O senador Marcio Bittar (MDB-AC), por sua vez, disse que o Brasil vive um caos na

segurança pública, embora os índices de criminalidade tenham começado a melhorar. Por isso, para para que o quadro se mantenha, “é obrigação do Congresso Nacional endurecer o jogo contra os criminosos, sejam eles ricos ou pobres”. “A

violência explodiu; temos mais de 60 mil assassinatos no país. E os mortos são quem? Pobres, negros e mulheres da periferia. A opinião pública não tolera mais ver criminosos sendo soltos e saindo do julgamento dando risada”, opinou (Ag.Senado).

O uso de máscara e luvas é agravante de crime

A Comissão de Combate ao Crime Organizado da Câmara aprovou proposta que considera o uso de máscara - ou qualquer outro meio que atrapalhe a identificação visual - ou de luvas - para dificultar a perícia papiloscópica - como agravante no cometimento de crime.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Aluisio Mendes (PSC-MA), aos projetos do deputado Sanderson (PSL-RS). O primeiro trata do uso de máscara e o segundo, do uso de luvas. O relator elaborou substitutivo para unificar as duas propostas. O texto altera o Código Penal. Caberá ao juiz decidir se haverá aumento da pena em caso de condenação.

“As situações que se pretendem incluir como circunstâncias agravantes realmente demonstram uma culpabilidade mais acentuada por parte do agente, uma vez que evidenciam a clara premeditação da prática delitiva e a tentativa de se furtar à aplicação da lei penal”, avalia Aluisio Mendes. A proposta será analisada pela CCJ e pelo Plenário da Câmara (Ag.Câmara).

Davi quer conciliação para votar prisão em segunda instância

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu a conciliação em torno de emenda constitucional que prevê prisão após condenação em segunda instância. A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), anunciou que a votação do projeto que trata do tema deverá ocorrer na terça-feira (10) no colegiado. Porém, Davi entende que a questão deve ser tratada por meio da proposta da Câmara e não por projeto de lei.

O presidente do Senado destacou que esse foi o entendimento unânime havido dias atrás, após reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e a maioria das lideranças partidárias das duas Casas legislativas. “A presidente da CCJ tem a legitimidade de pautar as matérias que achar conveniente. Mas a minha preocupação é que nós fizemos um entendimento. Por ampla maioria, estabele-



O presidente do Senado destacou entendimento com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

mos a condução em relação a esse procedimento”, afirmou.

Davi ressaltou ainda que o texto da PEC 199/2019 conciliará a vontade da sociedade, pela condenação em segunda instância.

“Considero legítima a decisão de Simone pautar, mas estou ainda na tese do que foi

conciliado na reunião. Vou tentar ouvir os senadores para ver o procedimento. Estou praticamente com a comissão de acompanhamento da PEC pronta. Na minha cabeça tem um procedimento estabelecido, através de uma emenda constitucional, que eu acho que é o certo” concluiu (Ag.Senado).

Extinção de taxa cartorária para imóveis em regularização

Proprietários de imóveis urbanos e rurais, incluídos em programas de regularização fundiária de interesse social, podem passar a não mais pagar emolumentos de serviços de registro prestados por cartórios. Essa medida está prevista no projeto de autoria do senador Irajá (PSD-TO), aprovado ontem (5) na Comissão de Agricultura do Senado.

A proposta isenta do pagamento de taxas cartorárias os casos em que o transmitente seja pessoa de direito público, no primeiro registro que confere direitos reais aos seus beneficiários, no registro de projeto de regularização fundiária e na primeira averbação de construção residencial urbana, entre outros atos.

Na justificativa do projeto, Irajá alerta para a necessidade de se facilitar os procedimentos de regularização fundiária no país. Segundo ele, os valores expressivos que são cobrados por cartórios para o registro



Relator, Acir Gurgacz defendeu aprovação do projeto apresentado por Irajá.

de imóveis constituem um dos principais entraves aos processos de regularização fundiária, uma vez que a maioria dos ocupantes irregulares de imóveis não têm recursos para arcar com essa despesa.

“Não podemos permitir que os emolumentos sejam um empecilho ao ingresso de nossos brasileiros ao

mercado formal, ainda mais considerando que, após a regularização, os próprios cartórios acabarão tendo maior arrecadação com os atos registrares que posteriormente serão praticados pelos particulares”, explica o autor. O relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou parecer favorável (Ag.Senado).

Prazo de cinco dias para extinguir registro de empresa

A CCJ da Câmara aprovou proposta que determina prazo de cinco dias úteis, após a baixa da empresa, para a conclusão do processo de extinção dos registros da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

Aprovado em caráter conclusivo, o projeto, já aprovado pelo Senado, seguirá para sanção presidencial. A Redesim é um sistema integrado que envolve as três esferas administrativas do serviço público (União, estados e municípios). Esse sistema possibilita ao empresário dar entrada a todos os

documentos necessários para abrir, alterar ou fechar a empresa em um único local (junta comercial do estado).

A rede foi criada para melhorar o ambiente de negócios no País. Sem ela, por exemplo, uma pessoa que deseje abrir uma empresa de venda de mercadorias precisa obter registro em órgãos diferentes como a Junta Comercial (registro legal), Receita Federal (CNPJ) e Secretaria da Fazenda (inscrição estadual). O relator, deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), apresentou parecer favorável, com emenda de redação (Ag.Câmara).